

AUTOS Nº [0000918-31.2010.5.03.0006 \(RO\)](#) - 3ª Turma - Publicação: DEJT 1º.08.2011

EMENTA: COISA JULGADA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EFEITO ERGA OMNES. DESCABIMENTO. O inciso I do artigo n.º 103 do Código de Defesa do Consumidor estabelece que, nas ações coletivas, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*. No entanto, o § 1.º do referido artigo preceitua que "os efeitos da coisa julgada previstos nos incisos I e II não prejudicarão interesse e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe". Assinale-se que, nas ações coletivas em defesa de direitos ou interesses individuais homogêneos, a coisa julgada tem efeito erga omnes, mas apenas para os casos em que foram julgados procedentes os pedidos, nos termos do artigo 103, III, do CDC. Além disto, os interessados que não intervieram como litisconsorte podem ajuizar ação de indenização a título individual, consoante a preceituação contida no § 2.º do artigo n.º 103, do CDC. Assim, no presente caso, tendo a ação civil pública interposta pelo Ministério Público em face da Telemar Norte Leste S.A. sido julgada improcedente, os efeitos da coisa julgada não atingem a reclamante, visto que ela não participou daquela relação jurídica processual na condição de litisconsorte. Logo, pode ela perfeitamente manejar ação em defesa direito ou interesse individual, não havendo, portanto, que se cogitar a hipótese de coisa julgada.